

MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL COLÔNIA SANTA TERESA

O Hospital Colônia Santa Teresa, localizado no município de São Pedro de Alcântara, foi criado em 1940, sendo uma das 33 instituições asilares construídas no Brasil para confinar compulsoriamente as pessoas que eram acometidas pela hanseníase. Pela instituição passou um grande número de homens, mulheres e crianças vindos de vários núcleos urbanos e rurais do estado de Santa Catarina. O lugar é atravessado por memórias marcadas pela época em que a hanseníase era ainda designada por “lepra” e carregava uma série de sentidos depreciativos que faziam com que os seus portadores e familiares fossem vítimas de estigmas, preconceito e exclusão.

Atualmente denomina-se Hospital Santa Teresa de Dermatologia Sanitária é uma referência em dermatologia sanitária, além de abrigar os remanescentes internados compulsoriamente por conta da hanseníase. A importância histórica do espaço está ligada tanto a sua estrutura arquitetônica, concebida seguindo os padrões da época cuja finalidade era o isolamento e o tratamento dos enfermos, quanto as práticas de sociabilidade que permitiram a essas pessoas (re)significarem suas vidas. Nesse sentido a UDESC por meio do Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac), tomou iniciativa de firmar uma parceria entre as duas instituições, com o objetivo de criar um Memorial tratando da história da hanseníase em Santa Catarina através das falas dos sujeitos envolvidos.

Vimos através desta manifestar nossa preocupação com as atuais notícias veiculadas nos meios de comunicação, as quais fazem referência ao possível fechamento do hospital e solicitar da atual direção garantias de abertura e manutenção do Memorial Hospital Colônia Santa Teresa, previsto para 1 de setembro de 2017. O trabalho de extensão do Projeto Arquivos Marginais (LabPac/UDESC) atua na instituição há cerca de dois anos e terá como resultado a criação deste importante espaço de memória.

A Unesco estuda o tombamento de antigas unidades de hanseníase em todo mundo. Entidades como a ONG International Association for Integration, Dignity and Economic Advancement e projetos promovidos pela International Leprosy Association (ILA), atualmente visam constituir um banco de informações sobre a hanseníase em todo o mundo por meio da construção de um banco de dados com

informações sobre as instituições e seus acervos, fomentando a conservação de documentos importantes para o entendimento da história da doença e seus efeitos sociais.

No Brasil essa preocupação aparece em estados como São Paulo, onde o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), responsável pela salvaguarda do patrimônio no estado, tombou, como exemplares pioneiros dos asilos-colônia, cinco asilos-colônia: Santo Ângelo (Mogi das Cruzes), Padre Bento (Guarulhos), Pirapitingui (Itu), Cocais (Casa Branca) e Aimorés (Bauru). O objetivo geral das ações em São Paulo foi preservar os antigos asilos-colônia não como exemplares isolados, mas como registros de uma prática que definiu um território do interior do estado marcado pela presença da doença bem como as formas de percepção e de profilaxia da mesma, e das experiências dos sujeitos envolvidos. É nesse mesmo sentido que o Hospital Santa Teresa deve ser preservado.

Para além das questões ligadas a memória e ao patrimônio, nossa preocupação maior é com os sujeitos envolvidos. O fechamento do Hospital Santa Teresa, caso seja efetivado, fere a resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU para antigas unidades de hanseníase, a qual recomenda que tais unidades sejam integradas às redes de assistência em saúde e assistência social. A manutenção apenas da unidade de hanseníase contribuirá para o isolamento social daqueles que ainda vivem no hospital, vítimas de uma política segregacionista, um retrocesso em relação a proposta de reintegração social que há anos vem sendo empreendida pelo Brasil.

Por fim, salientamos que o fechamento também deve indicar o retorno de pacientes psiquiátricos que recebem atendimento no Santa Teresa, e que lá vivem há anos em função de parcerias anteriores estabelecidas entre ambas as instituições, ao Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, implicando questões delicadas frente a proposta de desinstitucionalização indicada pela Reforma Psiquiátrica.

Florianópolis, 11 de agosto de 2017.



Profa. Luciana Rossato
Chefe do Departamento de História da UDESC /UDESC



Profa. Cristiani Bereta da Silva
Coordenadora do PPGH/UDESC



Profa. Viviane Borges
Coordenadora do LabPac/UDESC